

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais Completas

- Declaração para fins do Artg. 25 da instrução CVM nº 480/09;
- Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e Parecer dos auditores independentes;
- Relatório da Administração;



Pouso Alegre, 26 de fevereiro de 2014.

Autopista Fernão Dias



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Autopista Fernão Dias S.A. foi outorgada em Julho de 2007 através da licitação correspondente ao Edital nº 002/2007, constituída em 19 de dezembro de 2007 e teve suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), publicado em 15 de fevereiro de 2008, e tem por objetivo exclusivo a exploração do Lote 05 do Programa Federal de Concessões Rodoviárias, compreendendo o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/ MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com o direito de cobrança de pedágio. O prazo de concessão é (25 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, não sendo admitida a prorrogação do mesmo.

O trecho administrado tem uma extensão de 562,1 km, passando pelos municípios de Guarulhos, São Paulo, Mairiporã, Atibaia, Bragança Paulista, Vargem, Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí, Estiva, Pouso Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Careagu, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Lavras, Ribeirão Vermelho, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Oliveira, Carmópolis de Minas, Itaguara, Itatiaiuçu, Rio Manso, Brumadinho, Igarapé, São Joaquim de Bicas, Betim e Contagem. A Rodovia Fernão Dias exerce importante papel do ponto de vista econômico, pois faz parte do principal corredor rodoviário de interligação dos mais importantes pólos econômicos das regiões Sudeste e Sul do Brasil e destas com os principais países do MERCOSUL.

Atualmente, a Companhia opera oito praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Autopista Fernão Dias



Nome da Praça	Localização	Tarifa
Mairiporã P1 Norte	BR 381 KM 65+559	1,50
Mairiporã P1 Sul	BR 381 KM 66+572	1,50
Vargem P2	BR 381 KM 7+250	1,50
Cambuí P3	BR 381 KM 900+877	1,50
São Gonçalo do Sapucaí P4	BR 381 KM 805+129	1,50
Carmo da Cachoeira P5	BR 381 KM 735+506	1,50
Santo Antônio do Amparo P6	BR 381 KM 658+267	1,50
Carmópolis de Minas P7	BR 381 KM 597+677	1,50
Itatiaiuçu P8	BR 381 KM 545+937	1,50

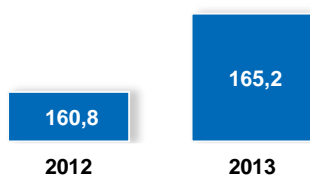
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Tráfego

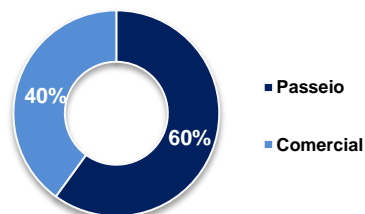
O tráfego pedagiado totalizou 165,2 milhões veículos equivalentes em 2013, aumento de 2,8% em relação ao ano anterior, reflexo basicamente do crescimento de tráfego.

Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes
(milhões)



Composição do Tráfego – 2013



Autopista Fernão Dias



Receita

A receita bruta da companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 500,8 milhões em 2013, com crescimento de 3,4% em relação aos R\$ 484,1 milhões registrados em 2012.

A receita de pedágio cresceu 3,1%, passando de R\$ 225 milhões em 2012 para R\$ 231,9 milhões em 2013. A principal razão foi o aumento da tarifa (R\$) de (7,1%) em dezembro de 2013 e ainda o aumento do tráfego conforme mencionado anteriormente.

As receitas acessórias, advindas da exploração da rodovia, totalizaram R\$ 2,1 milhões, aumento de 495% em 2013, oriundas na quase totalidade de aluguel de dutos para fibra óptica ao longo da rodovia.

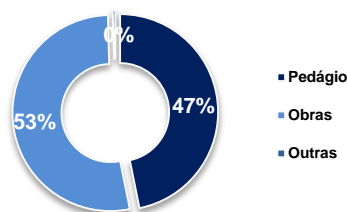
Já a receita de obras registrou aumento R\$ 8,0 milhões (3,1%), passando de R\$ 258,8 milhões em 2012 para R\$ 266,8 milhões em 2013. Esse aumento foi em decorrência de maior número de obras executadas ao longo da rodovia.

No ano de 2013 a companhia obteve receita líquida de R\$ 480,5 milhões, R\$ 15,9 milhões superior ao ano de 2012.

Receita Bruta
(R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta
Ano 2013



Autopista Fernão Dias



Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Custo dos serviços de construção	(266,8)	(258,8)	3,1%
Serviços de terceiros	(23,5)	(20,9)	12,4%
Pessoal	(36,2)	(34,8)	4,0%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(16,7)	(18,9)	-11,6%
Conservação	(23,0)	(23,2)	-0,9%
Verba de fiscalização	(10,6)	(10,0)	6,0%
Seguros e garantias	(4,3)	(3,7)	16,2%
Remuneração da Administração	(0,9)	(0,9)	0,0%
Consumo	(1,9)	(2,8)	-32,1%
Outros	(18,8)	(16,3)	15,3%
Custos e despesas	(402,7)	(390,3)	3,2%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 3,2% em 2013 em comparação ao exercício de 2012. O aumento foi ocasionado (i) pela variação da rubrica “custo de serviços da construção” registrado em função da adoção do ICPC 01, com contrapartida em receitas de obras em igual valor e, portanto, sem impacto no resultado; (ii) pela variação dos demais custos e despesas abaixo relacionados:

- Aumento de R\$ 2,6 milhões (12,4%) de serviços de terceiros basicamente em decorrência a correção anual dos contratos pelo IPCA e necessidade de contratação de novos serviços.
- Aumento de R\$ 1,4 milhão (4,0%) de Pessoal em composição do dissídio coletivo (6,77%) e readequação do quadro de pessoal a menor.
- Redução de R\$ 2,2 milhões (11,6%) em “Provisão p/ manutenção de rodovias”, decorrência de adequação de intervenção de obras de manutenção na rodovia. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores.
- Aumento de R\$ 2,5 milhões (15,3%) em outros devido à correção da verba de aparelhamento da policia rodoviária federal e maior demanda de custo contingências cíveis e trabalhistas.

Autopista Fernão Dias



EBITDA

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receita líquida	480,5	464,6	3,4%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(402,7)	(390,3)	3,2%
EBITDA ¹	77,8	74,3	4,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	16,7	18,9	-11,6%
EBITDA Ajustado	94,5	93,2	1,4%

EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços na rodovia, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC01, encerrou o ano de 2013 em R\$ 94,5 milhões, com um aumento de 1,4%. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2013	2012	Var.
Receitas Financeiras	3,8	6,4	-40,6%
Despesas Financeiras	(54,0)	(49,5)	9,1%
Resultado Financeiro Líquido	(50,2)	(43,1)	16,5%

O resultado financeiro líquido de 2013 fechou negativo em R\$ 50,2 milhões 16,5% maior em relação ao ano 2012. Os principais fatores que influenciaram esse resultado foram:

- As receitas financeiras apresentaram queda de R\$ 2,6 milhões (40,6%). Esta diminuição está diretamente relacionada a redução das aplicações financeiras decorrentes de resgates de recursos, antes aplicados, para liquidação dos compromissos da companhia.

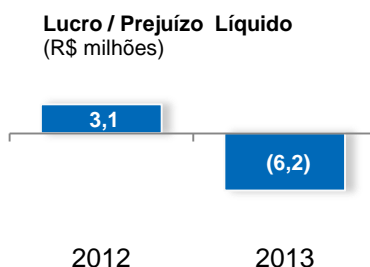
Autopista Fernão Dias



- Enquanto que as despesas financeiras foram maiores em R\$ 4,5 milhões (9,1%) devido aos juros sobre saldo e novas liberações do empréstimo de longo prazo junto ao BNDES e juros sobre emissão de debêntures, etc.

Prejuízo Líquido

Apesar do crescimento da receita registrado no período, a Companhia encerrou o exercício de 2013 com prejuízo líquido de R\$ 6,2 milhões, ante Lucro Líquido de R\$ 3,1 milhões comparados ao exercício anterior. Isso se deve principalmente ao aumento de custos já mencionados e ainda, aumento das despesas financeiras.



Endividamento

R\$ milhões	31/12/2013	31/12/2012	Var.
Dívida Bruta	600,9	505,9	18,8%
Curto Prazo	37,9	27,3	38,8%
Longo Prazo	563,0	478,6	17,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	(41,3)	(52,7)	-21,6%
Dívida Líquida	559,6	453,2	23,5%

¹ Curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento bruto totalizava R\$ 600,9 milhões, apresentando aumento de R\$ 95,0 milhões, 18,8% em relação ao ano anterior. O aumento da dívida resulta principalmente das liberações de novas tranches junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e emissão de debêntures.

Autopista Fernão Dias



O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2013 em R\$ 559,6 milhões, apresentando aumento de R\$ 106,4 milhões em relação ao montante de R\$ 453,2 milhões registrado no encerramento do exercício de 2012. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida / EBITDA Ajustado ficou em 7,2x.

INVESTIMENTOS

Foram desembolsados R\$ 272,9 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos previstos, dentre os quais vale destacar: (i) as obras de execução da segunda etapa do contorno de Betim; (ii) recuperação do pavimento; (iii) construção de passarelas; (iv) execução de ruas laterais e (v) execução de terceiras faixas. Do montante desembolsado 49% foi para obras de recuperação da rodovia, 4% para obras de operação da rodovia e 46% para obras de melhoramento da rodovia.

RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2013	2012
Empregos Diretos	873	913
Rotatividade	2,26%	5,23%

No que concerne à diversidade, apresentamos um indicador com participação igualitária de homens e mulheres, sendo em números 448 mulheres contra 425 homens. A média de idade está concentrada em 34 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 69,7% dos empregados. Destacamos que 9,51% possuem nível superior completo e 2,06% tem mestrado e ou pós-graduação.

Autopista Fernão Dias



Ao longo de 2013, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 17.928 horas de treinamento, o que corresponde, a 20,29 horas de treinamento por profissional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Na questão social, a Autopista Fernão Dias possui como um dos seus compromissos o desenvolvimento das comunidades lindeiras à sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde e meio ambiente. Destacamos em 2013, a realização de etapas dos projetos Viva Motociclista, Viva Motorista, Viva Saúde, Passarela Viva e Projeto Viva Meio Ambiente.

O “Projeto Viva Meio Ambiente” 2013 contou com a participação de 24 escolas municipais sediadas nos municípios que são cortados pela rodovia, que leva conhecimento e cidadania a mais de 9.400 alunos. Para 2014, outras quatro escolas vão aderir ao Projeto.

O objetivo do programa é desenvolver uma série de ações para a promoção da consciência ambiental em escolas de municípios próximos às rodovias federais sob concessão da Arteris S.A.

Os educadores participam de dinâmicas de grupo alusivas ao meio ambiente e recebem todo o material pedagógico a ser distribuído a alunos, professores e escolas do projeto, na forma de kits, livros e gibis educativos. No decorrer do ano acontecem encontros com os educadores, para avaliação das ações desenvolvidas e realimentação do processo.

Outras ações notórias que acontecem dentro da responsabilidade social são as campanhas direcionadas aos motoristas, motociclistas e pedestres.

Programa “Viva Motociclista”: os motociclistas são orientados sobre conceitos de direção defensiva, participam de avaliações de saúde (exames de pressão arterial e índice de massa corpórea), recebem gratuitamente revisão de alguns itens da moto e são instalados adesivos refletivos que auxiliam no aumento da visibilidade noturna do veículo.

Autopista Fernão Dias



Programa “Viva Saúde”: promove campanhas de saúde dirigidas aos motoristas, principalmente os caminhoneiros, público-alvo do programa Viva Saúde. Em cada campanha, os condutores recebem orientação e realizam exames de saúde gratuitos.

Programa “Passarela Viva e Viva Ciclista”: promove ações educativas e de conscientização sobre travessia segura da rodovia. Os pedestres recebem panfletos com orientações sobre o uso correto da passarela e os ciclistas recebem além dos panfletos e orientações, refletivos para bicicleta e capacete. Em cada campanha é realizado uma avaliação física gratuita para todos.

A Autopista Fernão Dias tem obtido regularmente as licenças e autorizações necessárias às obras, quer seja no âmbito federal, estadual ou municipal e tem cumprido as condicionantes ambientais estabelecidas nos monitoramentos, medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

No ano de 2013, a concessionária deu andamento à implementação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA, iniciado em 2009 e baseado nas normas ISO 14001/2004, principalmente no que se refere à gestão de resíduos.

AGRADECIMENTOS

A Concessionária Autopista Fernão Dias S/A gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários, pelo empenho e dedicação dispensados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM n°. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Autopista Fernão Dias



Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Pouso Alegre, 12 de Fevereiro de 2014.

A Administração

Diretoria

Luis Manuel Eusébio Iñigo
Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Márcio Augusto Travain
Diretor Administrativo e Financeiro

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor Superintendente

Contador

Mauricio Teodoro de Souza
CRC MG 076073-0

Conselho de Administração

David Antonio Díaz Almazán
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheiro

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota	31/12/2013	31/12/2012	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2013	31/12/2012
	explicativa				explicativa		
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.126	36.053	Empréstimos e financiamentos	12	37.861	27.316
Contas a receber	6	11.435	10.591	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	17.412	50.227
Contas a receber - partes relacionadas	15	1.005	1.004	Fornecedores - partes relacionadas	15	9.324	8.633
Estoques		52	-	Fornecedores	14	14.073	19.169
Despesas antecipadas		2.239	2.021	Obrigações sociais		6.464	6.320
Impostos a recuperar		1.483	360	Obrigações fiscais		3.452	3.487
Total dos ativos circulantes		<u>41.340</u>	<u>50.029</u>	Contas a pagar - partes relacionadas	15	599	335
				Cauções contratuais		9.033	9.859
				Taxa de fiscalização		905	856
				Provisão para manutenção	16	-	11.819
				Provisão para investimentos	16	32.777	24.293
				Sinistros recebidos		97	3.389
				Outras contas a pagar		544	1.117
				Total dos passivos circulantes		<u>132.541</u>	<u>166.820</u>
NÃO CIRCULANTES							
Aplicações financeiras vinculadas	8	16.147	16.627	NÃO CIRCULANTES			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	12.017	8.807	Empréstimos e financiamentos	12	528.490	478.570
Depósitos judiciais		7.481	7.810	Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	15	235.227	110.000
Imobilizado	9	969	1.604	Debêntures	13	34.515	-
Intangível	10	1.192.767	951.703	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16	514	348
Diferido	11	18.569	22.282	Provisão para manutenção	16	56.371	25.806
Total dos ativos não circulantes		<u>1.247.950</u>	<u>1.008.833</u>	Provisão para investimentos	16	10.867	20.379
				Total dos passivos não circulantes		<u>865.984</u>	<u>635.103</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	298.001	258.001
				Prejuízos acumulados		(7.236)	(1.062)
				Total do patrimônio líquido		<u>290.765</u>	<u>256.939</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.289.290</u>	<u>1.058.862</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.289.290</u>	<u>1.058.862</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2013	31.12.2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	480.470	464.627
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(421.493)	(398.891)
LUCRO BRUTO		<u>58.977</u>	<u>65.736</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(17.391)	(16.017)
Remuneração da Administração	15	(935)	(860)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		220	(187)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>40.871</u>	<u>48.672</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	3.842	6.434
Despesas financeiras	20	(54.097)	(49.521)
		<u>(50.255)</u>	<u>(43.087)</u>
LUCRO / (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(9.384)</u>	<u>5.585</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	22	-	(4.534)
Diferidos	22	3.210	2.065
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>(6.174)</u>	<u>3.116</u>
LUCRO / (PREJUÍZO) ATRIBUÍDO A			
Participação de controladores		<u>(6.174)</u>	<u>3.116</u>
LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	23	<u>(0,02067)</u>	<u>0,01208</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(6.174)	3.116
Outros resultados abrangentes-	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.174)</u>	<u>3.116</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011	213.001	(21.726)	191.275
Aumento de capital	15.000	-	15.000
Lucro líquido do exercício	-	17.548	17.548
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u>228.001</u>	<u>(4.178)</u>	<u>223.823</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2012	228.001	(4.178)	223.823
Aumento de capital	30.000	-	30.000
Lucro líquido do exercício	-	3.116	3.116
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>258.001</u>	<u>(1.062)</u>	<u>226.939</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013	258.001	(1.062)	256.939
Aumento de capital	40.000	-	40.000
Prejuízo do exercício	-	(6.174)	(6.174)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	<u>298.001</u>	<u>(7.236)</u>	<u>290.765</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	31.12.2013	31.12.2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Prejuízo) / Lucro líquido do período	(6.174)	3.116
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	36.880	25.637
Baixa de ativos permanentes	420	187
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.210)	(2.065)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(1.130)	(1.533)
Juros e variações monetárias, líquidas das receitas	29.391	29.439
Juros e variações monetárias de debêntures	815	-
Juros e variações monetárias sobre mútuos	20.484	14.057
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.525	5.619
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	166	(31)
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	16.731	18.895
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(844)	(760)
Contas a receber - partes relacionadas	(1)	(1.004)
Estoques	(52)	-
Despesas antecipadas	(218)	(1.075)
Impostos a recuperar	(1.123)	997
Depósitos judiciais	329	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	741	(5.015)
Fornecedores - partes relacionadas	955	3.376
Cauções contratuais de fornecedores	(826)	1.797
Obrigações sociais	144	1.516
Obrigações fiscais	902	4.634
Taxa de fiscalização	49	49
Adiantamentos de seguros	(3.292)	(1.813)
Outras contas a pagar	(573)	770
Pagamento de juros - federais	(36.650)	(34.432)
IRPJ e CSLL pagos	(937)	(4.534)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	54.502	57.827
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(157)	(149)
Aquisições de itens do Intangível	(272.774)	(248.370)
Aplicação financeira vinculada	1.610	5.845
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(271.321)	(242.674)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	122.536	102.760
Pagamentos	(62.272)	(12.913)
Aumento Capital	40.000	30.000
Captação de Mútuo	75.000	-
Debêntures:		
Emissão de Debêntures	33.700	-
Imposto de renda retido na fonte sobre mútuo	(3.072)	(2.111)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	205.892	117.736
(REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.927)	(67.111)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	36.053	103.164
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	25.126	36.053

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	231.870	224.989
Receita dos serviços de construção	266.821	258.778
Outras receitas	<u>2.112</u>	<u>355</u>
	500.803	484.122
CUSTOS		
Custo dos serviços prestados	(21.467)	(21.237)
Custo dos serviços de construção	(266.819)	(258.778)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(41.951)	(38.913)
Custo da concessão	(18.990)	(17.151)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(16.731)	(18.895)
	<u>(365.958)</u>	<u>(354.974)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	134.845	129.148
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(36.880)	(25.637)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (retido)	<u>97.965</u>	<u>103.511</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	3.842	6.434
Juros capitalizados	<u>7.460</u>	<u>5.271</u>
	11.302	11.705
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>109.267</u>	<u>115.216</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	22.780	21.892
Benefícios	6.746	6.624
FGTS	2.031	1.721
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	10.550	16.138
Municipais	11.663	11.244
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	33.613	35.129
Juros capitalizados	7.460	5.271
Aluguéis	114	24
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	20.484	14.057
Lucro retidos	<u>(6.174)</u>	<u>3.116</u>
	<u>109.267</u>	<u>115.216</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S/A

**Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Fernão Dias S.A.
Pouso Alegre - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Fernão Dias S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Fernão Dias S.A.**, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

São Paulo, XX de Fevereiro de 2014.

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1-S-MG

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9-S-MG

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S-MG

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381- SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A emissão das Demonstrações Financeiras da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2014.

2. CONCESSÕES

A Autopista Fernão Dias S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381- SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007.

A Autopista Fernão Dias S.A. está em plena operação desde 09 de Setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-Sul - Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,13 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais - BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681m de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556m de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.

- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) - Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão dessa concessionária. as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor remanescente no período da concessão</u>
Autopista Fernão Dias S.A.	<u>7.916</u>	<u>151.724</u>

- A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.
- A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão.

- A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- O estatuto social da Sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- A concessionária deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes de R\$ 408.175 e R\$ 572.812 respectivamente referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$ 715.231 e R\$ 661.932 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final dos Contratos de Concessão. Os valores referentes a 31 de dezembro de 2013 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas Informações individuais não são consideradas como estando em conformidade

com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo e o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

Determinação das receitas de construção

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às empresas do Grupo Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “Empréstimos e Recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado individual, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para Autopista Fernão Dias S.A. individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.8. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.9. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.10. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos

respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2013. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	33.898	25.141
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>32.777</u>	<u>24.293</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>1.121</u>	<u>848</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	-	12.215
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	-	<u>11.819</u>
Efeito do ajuste a valor presente	-	<u>396</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	11.646	21.090
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>10.867</u>	<u>20.379</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>779</u>	<u>711</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	69.656	34.982
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>56.371</u>	<u>25.806</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>13.285</u>	<u>9.176</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.11. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados. Quando o Grupo “Arteris” presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas e deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº 17.

4.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado

recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15. Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11, e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12	(a)
IFRS 11 Acordos de participações	Requer o uso de método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados a	(a)

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
sobre mineração	remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Em 1º de janeiro de 2013, entraram em vigor as novas e revisadas normas contábeis acima, que introduziram algumas modificações nas práticas adotadas até o exercício anterior. Conforme previsto no CPC 23, mudanças de práticas contábeis requerem a aplicação retrospectiva, de forma a ajustar os períodos anteriores, apresentados para fins de comparação com período atual, às mesmas práticas contábeis, como se estivessem em vigor a partir do início do período mais antigo apresentado.

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e contas bancárias	2.450	3.131
Compromissadas debêntures(*)	3.603	-
Aplicações financeiras (*)	<u>19.073</u>	<u>32.922</u>
Total	<u>25.126</u>	<u>36.053</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Cotas de fundos de investimentos	22.676	32.922

As aplicações financeiras em compromissadas debêntures, foram remuneradas na média de 70% da variação do CDI no exercício.

As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos, foram remuneradas na média de 100,25% da variação do CDI no exercício.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	10.731	9.621
Cupons de pedágio a receber	<u>704</u>	<u>970</u>
Total	<u>11.435</u>	<u>10.591</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	21.439	20.832
Provisão de participação nos lucros	1.993	(1.560)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	514	(357)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (c)		
Provisão para manutenção	56.371	37.625
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(53.904)	(37.981)
Ajuste dos encargos financeiros	8.461	6.936
Estorno de capitalização de juros	<u>470</u>	<u>408</u>
Base de cálculo	<u>35.344</u>	<u>25.903</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>12.017</u>	<u>8.807</u>

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

(b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(c) Ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade adotadas pelas IFRS.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante	R\$
2015	470
2016	485
2017	502
2018	522
Após 2019	<u>10.038</u>
	<u>12.017</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A concessionária deve depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 43% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 os saldos são respectivamente R\$ 16.147 e R\$ 16.627, essas aplicações foram remuneradas em média a 99,29% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado bruto</u>					
Saldo em 31.12.2011	175	615	2.592	191	3.573
Adições	37	7	40	65	149
Transferências / Reclassificações	206	355	-	392	953
Alienações/baixas	-	(407)	-	-	(407)
Saldo em 31.12.2012	418	570	2.632	648	4.268
Adições	16	5	33	103	157
Alienações/baixas	(4)	(4)	(827)	(39)	(874)
Saldo em 31.12.2013	<u>430</u>	<u>571</u>	<u>1.838</u>	<u>712</u>	<u>3.551</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2011	(49)	(328)	(1.464)	(49)	(1.890)
Depreciações/amortizações	(100)	(291)	(532)	(167)	(1.090)
Alienações/baixas	-	316	-	-	316
Saldo em 31.12.2012	(149)	(303)	(1.996)	(216)	(2.664)
Depreciações/amortizações	(42)	(106)	(500)	(71)	(719)
Alienações/baixas	-	4	776	21	801
Saldo em 31.12.2013	<u>(191)</u>	<u>(405)</u>	<u>(1.720)</u>	<u>(266)</u>	<u>(2.582)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2012	269	267	636	432	1.604
Saldo em 31.12.2013	239	166	118	446	969
Taxas de depreciação - %	10	4	20	20	-

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31.12.2011	590.967	588	109.032	3.477	704.064
Adições	185.673	338	111.738	(3.120)	294.629
Transferências/Reclassificações	45.827	-	(46.699)	(81)	(953)
Alienações/baixas	<u>(168)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(168)</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>822.299</u>	<u>926</u>	<u>174.071</u>	<u>276</u>	<u>997.572</u>
Adições	126.145	454	147.417	(157)	273.859
Transferências/Reclassificações	181.171	-	(181.171)	-	-
Alienações/baixas	<u>(460)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(460)</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>1.129.155</u>	<u>1.380</u>	<u>140.317</u>	<u>119</u>	<u>1.270.971</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2011	(24.869)	(244)	-	-	(25.113)
Amortização	(20.677)	(156)	-	-	(20.833)
Alienações/baixas	<u>77</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77</u>
Saldo em 31.12.2012	<u>(45.469)</u>	<u>(400)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(45.869)</u>
Amortização	(32.258)	(190)	-	-	(32.448)
Alienações/baixas	<u>113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>113</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>(77.614)</u>	<u>(590)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(78.204)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2012	776.830	526	174.071	276	951.703
Saldo em 31.12.2013	1.051.541	790	140.317	119	1.192.767
Taxas de amortização - %	2,60%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	6.576	6.576
Consumo	8.659	8.659
Custos contratuais da concessão	8.876	8.876
Depreciações e amortizações	103	103
Conservação da rodovia	9.473	9.473
Serviços de terceiros	1.837	1.837
Tributários	2.229	2.229
Resultados financeiros	(690)	(690)
Outros gastos	<u>2</u>	<u>2</u>
	37.065	37.065
Amortização acumulada	<u>(18.496)</u>	<u>(14.783)</u>
	<u>18.569</u>	<u>22.282</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (b)	TJLP+2,6% a.a a 4,5% a.a.	200	1.537
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,8% a 3,58% a.a.	<u>37.661</u>	<u>25.779</u>
		<u>37.861</u>	<u>27.316</u>
Passivo não circulante:	<u>Encargos anuais</u>	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a a 4,5% a.a.	50	250
Financiamentos de investimentos (BNDES L.P) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	<u>528.440</u>	<u>478.320</u>
		<u>528.490</u>	<u>478.570</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	R\$
2015	38.678
2016	41.694
2017	44.707
2018	47.938
Após 2019	<u>355.473</u>
	<u>528.490</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados.
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:

- 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.
- 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
 - 3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.
 - 3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
 - 3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.
- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES.
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento.
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico.
- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

Do acionista

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas dos contratos com o BNDES nas datas das Demonstrações Financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Não circulante</u>
1ª emissão (a)	3.370	CDI + 1,4% a.a.	Jul/2015	34.546
Custo de transação				<u>(32)</u>
Total				<u>34.514</u>

(a) 1ª emissão de debêntures de 04 de outubro 2013 de 3.370 debêntures com valor real unitário de R\$ 10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data de emissão</u>	<u>Valor real em 31.12.2013</u>	<u>Data de integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª série	04.10.2013	34.546	07.10.2013	33.700
Total		<u>34.546</u>		<u>33.700</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão é paga em única parcela na data de vencimento do contrato

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade, emissora das debêntures, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. As Debêntures são garantidas por fiança prestada pela Fiadora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Fiadora em até 3 (três) Dias Úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Fiadora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$ 14.073 (R\$ 19.169 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e as transações realizadas, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>			<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>	
Contas a receber:						
Paulista Gereciamento de Rodovias Ltda			733		733	
Latina Manutenção de Rodovias Ltda			<u>272</u>		<u>271</u>	
Total			<u>1.005</u>		<u>1.004</u>	
<u>Passivo circulante</u>			<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>	
Mútuos:						
Arteris S.A.			17.412		50.227	
Contas a pagar:						
Arteris S.A.			599		335	
Fornecedores:						
Autopista Régis Bittencourt S.A.			1		-	
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.			8.882		7.829	
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.			441		803	
Concessionária Rod.Int.Paulista - Intervias			-		<u>1</u>	
Total			<u>9.324</u>		<u>8.968</u>	
<u>Passivo não circulante</u>			<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>	
Mútuos:						
Arteris S.A.			235.227		110.000	
Contas de Resultado:			<u>31.12.2013</u>		<u>31.12.2012</u>	
	<u>Conservação</u>	<u>Despesas</u>	<u>Despesas</u>	<u>Conservação</u>	<u>Despesas</u>	<u>Despesas</u>
	<u>da rodovia</u>	<u>financeiras</u>	<u>gerais</u>	<u>da rodovia</u>	<u>financeiras</u>	<u>gerais</u>
Arteris S.A. (b)	2.605	20.484	2.197	2.603	14.057	1.342
Centrovias S.A.(a)	12	-	-	-	-	-
Intervias S.A.(a)				1	-	-
Autovias S.A.(a)				1	-	-
Latina Manutenção de Rodovias S.A.(c)	100.308	-	-	62.628	-	-
Autopista Litoral Sul S.A (a)	162	-	-	-	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (c)	11.999	-	-	8.779	-	-
Paulista Infraestrutura Ltda (c)	-	-	-	1.885	-	-
Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda (c)				3.234	-	-

Autopista Regis
Bittencourt S.A.

	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>115.087</u>	<u>20.484</u>	<u>2.197</u>	<u>79.131</u>	<u>14.057</u>	<u>1.342</u>

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.

Os contratos de mútuo passivo tem finalidade de suprir a necessidade de capital de giro, conforme demonstrado a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
04/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	10.000	16.005	14.851
17/09/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	13.000	20.722	19.228
28/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	13.000	20.597	19.111
05/11/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	13.000	20.453	18.978
06/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	17.000	26.660	24.737
27/10/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	12.000	18.675	17.328
05/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	16.000	24.842	23.050
19/12/2008	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	16.000	24.728	22.944
08/02/2013	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	50.000	53.778	-
24/06/2013	Dezembro de 2015	CDI + 1,037% a.a.	25.000	26.179	-
			<u>185.000</u>	<u>252.639</u>	<u>160.227</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a sociedade reconheceu os montantes de R\$ 935(R\$ 860 em 31 de dezembro de 2012) respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$ 2.599 e R\$ 2.178.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e ex-empregados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de ex- empregados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são conforme segue:

	<u>31.12.2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2013</u>
Cíveis	101	63		164
Trabalhistas	<u>247</u>	<u>103</u>		<u>350</u>
Total	<u>348</u>	<u>166</u>		<u>514</u>
	<u>31.12.2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.12.2012</u>
Cíveis	131		(30)	101
Trabalhistas	<u>248</u>		<u>(1)</u>	<u>247</u>
Total	<u>379</u>		<u>(31)</u>	<u>348</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 1.058 e R\$ 247, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 238 e R\$ 56 respectivamente em 31 de dezembro de 2012).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são conforme seguem:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2012	11.819	24.293	25.806	20.379
Adições	3.542	-	13.189	-
Utilizações	-	(538)	-	-
Ajuste a valor presente	177	(487)	1.838	(3)
Transferências	<u>(15.538)</u>	<u>9.509</u>	<u>15.538</u>	<u>(9.509)</u>
Saldos em 31.12.2013	<u>-</u>	<u>32.777</u>	<u>56.371</u>	<u>10.867</u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2011	1.134	2.107	14.590	3.904
Adições	10.685	2.632	11.216	37.512
Utilizações	-	(1.483)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Transferências	<u>-</u>	<u>21.037</u>	<u>-</u>	<u>(21.037)</u>
Saldos em 31.12.2012	<u>11.819</u>	<u>24.293</u>	<u>25.806</u>	<u>20.379</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 298.001 e em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 258.001 e está representado por 298.681.400 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2013</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Arteris S.A.	<u>298.681.400</u>	<u>100,00</u>
Total	<u>298.681.400</u>	<u>100,00</u>

	<u>31.12.2012</u>	
	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Arteris S.A.	258.001.000	99,99
Conselho de Administração	<u>3</u>	<u>0,01</u>
Total	<u>258.001.003</u>	<u>100,00</u>

O aumento de capital em dinheiro ocorrido no exercício, no montante de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), corresponde pelas movimentações de: 10.141.988 ações ordinárias, cada ação tem preço de emissão no valor de R\$ 0,986 emitidas em 14 de maio de 2013 e 30.549.898 ações ordinárias emitidas em 27 de setembro de 2013, cada ação tem o preço de emissão no valor de R\$ 0,98. O preço de emissão foi calculado em conformidade com o artigo 170, §1º, II, da Lei nº 6.404/1976.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita de serviços prestados	231.870	224.990
Receita de serviços de construção	266.821	258.781
Outras receitas	<u>2.112</u>	<u>355</u>
	<u>500.803</u>	<u>484.126</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receita bruta	500.803	484.126
ISSQN	(11.652)	(11.240)
PIS	(1.550)	(1.468)
COFINS	(7.131)	(6.776)
Outras deduções	-	(15)
Receita líquida	<u>480.470</u>	<u>464.627</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Representado por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Custos:		
Custo de construção	(266.821)	(258.781)
Com pessoal	(27.134)	(26.311)
Serviços de terceiros	(20.775)	(18.563)
Depreciação / amortização	(35.856)	(24.470)
Provisão para manutenção em rodovia	(16.731)	(18.895)
Seguros / garantias	(4.348)	(3.687)
Conservação	(23.021)	(23.155)
Taxa fiscalização	(10.618)	(10.063)
Outros	<u>(16.189)</u>	<u>(14.966)</u>
Total	<u>(421.493)</u>	<u>(398.891)</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Despesas:		
Com pessoal	(9.104)	(8.453)
Serviços de terceiros	(2.754)	(2.308)
Depreciação / amortização	(1.024)	(1.168)
Consumo	(1.865)	(792)
Transportes	(798)	(882)
Contingências	(1.214)	-
Outros	<u>(632)</u>	<u>(2.414)</u>
Total	<u>(17.391)</u>	<u>(16.017)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

Representado por:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	3.770	6.433
Outras receitas	<u>72</u>	<u>1</u>
Total receitas	<u>3.842</u>	<u>6.434</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(50.708)	(43.352)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(1.525)	(5.619)
Outras despesas	<u>(1.864)</u>	<u>(550)</u>
Total despesas	<u>(54.097)</u>	<u>(49.521)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(5.837)	(42.473)
Juros capitalizados	7.460	5.271

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.384)	5.585
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	3.191	(1.899)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeitos de adições e exclusões	<u>19</u>	<u>(570)</u>
Receita / (Despesa) de imposto de renda e contribuição social		
Composta por:	<u>3.210</u>	<u>(2.469)</u>
Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(4.534)
Diferidos	<u>3.210</u>	<u>2.065</u>
	<u>3.210</u>	<u>2.469</u>

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade, apoiada por seus assessores, analisou os dispositivos desta MP e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
<u>Básico</u>		
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	(6.174)	3.116
Número de ações durante o ano	<u>298.681</u>	<u>256.001</u>
Lucro por ação - básico	<u>(0,02067)</u>	<u>0,01208</u>

Diluído

Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	(6.174)	3.116
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>272.371</u>	<u>231.782</u>
Lucro por ação - diluído	<u>(0,92467)</u>	<u>0,01344</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.,

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	25.126	36.053
Partes relacionadas	1.005	1.004
Aplicações financeiras vinculadas contas	16.147	16.627
Contas a receber	11.435	10.591

Passivos financeiros ao custo amortizado

	<u>31.12.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Passivos		
Fornecedores	14.073	19.169
Empréstimos e financiamentos	566.351	505.886
Debêntures	34.515	-
Partes relacionadas	261.963	168.860
Outras contas a pagar	544	1.117
Taxa de fiscalização	905	856

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	11,00%	13,75%	8,25%	16,50%
Juros a incorrer(*)	(27.790)	(34.738)	(20.843)	(41.685)
Receita de aplicações financeiras	3.416	4.271	2.562	5.125
TJLP	5,00%	6,25%	3,75%	7,50%
Juros a incorrer(*)	(32.114)	(40.143)	(24.086)	(48.171)
Juros a incorrer líquido(*)	<u>(56.488)</u>	<u>(70.610)</u>	<u>(42.367)</u>	<u>(84.731)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$10.731 e R\$9.621, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	2018 em diante	<u>Total</u>
BNDES	8,21%	37.661	111.307	74.747	74.747	510.178	808.640
FINAME	8,15%	200	57	-	-	-	257
DEBENTURES	11,00%	-	<u>40.585</u>	-	-	-	<u>40.585</u>
Total		<u>37.861</u>	<u>151.949</u>	<u>74.747</u>	<u>74.747</u>	<u>510.178</u>	<u>849.482</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, sendo todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2013, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	40.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	131.061

(*) Por sinistro

A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade recebeu, no mês de janeiro de 2.014, o valor de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões), referente a celebração do Instrumento Particular de Mútuo, pela Sociedade, na qualidade de mutuária, Arteris S.A.